

## **OUTROS SUJEITOS, OUTRAS CIDADES, OUTROS MAPAS**

**ou**

## **UMA TOPOGRAFIA DA DESIGUALDADE**

Samy Lansky

Universidade FUMEC

samylansky@gmail.com

Carolina Soares Guimarães Coutinho

Universidade FUMEC

carolsgcoutinho@gmail.com

Douglas Rodrigues Borges

Universidade FUMEC

douglas.rborges@gmail.com

Monique Ellen Lopes Gomes

Universidade FUMEC

moniqueelgomes@gmail.com

## Introdução

Este artigo é resultado de pesquisa<sup>1</sup> que buscou compreender as desigualdades presentes entre a chamada cidade “formal” – os bairros “legalizados” - e a “informal” - as favelas - a partir do estudo cartográfico do Aglomerado da Serra, conjunto de favelas localizado na Regional Centro-Sul, uma das mais desiguais do município de Belo Horizonte. Neste sentido, buscou-se, num primeiro momento, explorar brevemente as origens das favelas em Belo Horizonte e o processo de urbanização do Aglomerado da Serra. Foi estabelecido como fio condutor da investigação os registros cartográficos do município com o objetivo de compreender a partir de quando e de que formas este aglomerado aparece nos mapas. Num segundo momento, procura elaborar “outras cartografias”, na medida em que parte do princípio de que os tempos são outros, os sujeitos e as cidades já não são mais as mesmos, portanto é necessário investigar outras formas de mapeá-las.

Para Ingold, “existe um paradoxo no coração da cartografia moderna. Quanto mais ela procura prover uma representação exata e abrangente da realidade, menos verdadeira esta representação parece” (2000, p. 242). Nessa perspectiva, Ingold aponta a lacuna presente na representação gráfica do espaço por meio de mapas, pois afirma que toda a jornada realizada por cartógrafos e demais cientistas não aparece nos mapas “moderno-científicos”. Apoiando-se nas afirmações de Turnbull, afirma que, ao contrário, “uma das características impressionantes do mapa moderno é a eliminação, ou rasura, das práticas e itinerários que contribuem para sua produção” e considera um mito “a idéia de que os mapas não dependem de nenhum ponto de vista”, (1996 *apud* INGOLD, 2000, p. 229). Por sua vez, Ingold (2000, p. 225) afirma que a realidade é que nenhum mapa, por mais ‘modernas’ ou sofisticadas que sejam suas técnicas de elaboração, pode ser totalmente divorciado das práticas, dos interesses e da compreensão de seus elaboradores e de seus utilizadores. Ou, em outras palavras, todo mapa está, necessariamente, embutido de um ‘modo de vida’.

Importante destacar aqui o fenômeno da invisibilidade das favelas brasileiras: somente nas últimas décadas “entraram nos mapas”. É possível considerar que até recentemente (e até hoje?), as políticas públicas urbanas e de habitação compreendiam que as favelas deveriam ser eliminadas dos centros urbanos, ou seja, os pobres deveriam ser removidos e transferidos para as periferias. Em Belo Horizonte, as favelas apareciam nos mapas da legislação como “área de preservação permanente da

---

<sup>1</sup> Esta pesquisa contou com o apoio da Universidade FUMEC, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e da Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular (FUNADESP).

cobertura vegetal” (CONTI, 2004, p. 195). Somente com uma mudança na Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 1976), 120 favelas da cidade, passam a ser consideradas Setor Especial 4 (SE – 4), figura criada com base no conceito previsto pela Lei Federal 6.766, de 1979 (BRASIL, 1979), de “urbanização específica de interesse social” (CONTI, 2004, p. 195). A abertura política em meados da década de 1980 e a vitória nas eleições municipais para o executivo da coalizão BH-Frente Popular, em 1993, estabeleceram a habitação como prioridade o que modificou o olhar do município sobre estas áreas no município.

Este estudo procurou dar visibilidade aos fenômenos sociais relacionados ao isolamento espacial, à segregação e à copresença. Por outro lado, procura explorar e apropriar das ferramentas contemporâneas de geoprocessamento, em busca de novas formas de mapear. Neste sentido, adota o Aglomerado da Serra como objeto de estudos, visto que é uma das áreas de maior exclusão social de Belo Horizonte (BELO HORIZONTE, 2000). “A relação de proximidade com a área central de Belo Horizonte impossibilita a caracterização do Aglomerado da Serra como um espaço periférico, sendo, de outra maneira, um recorte intrincando nas relações dinâmicas dos centros urbanos” (COSTA, 2011, p. 21). Possui uma área de 1.489.300 m<sup>2</sup> e é constituído por oito vilas (FIG. 1): Vila Marçola, Vila Nossa Senhora de Fátima, Vila Nossa Senhora Aparecida, Vila Nossa Senhora da Conceição, Vila Santana do Cafezal, Vila Novo São Lucas, Vila Fazendinha e Vila Nossa Senhora do Rosário (TEIXEIRA e SOUZA, 2000).

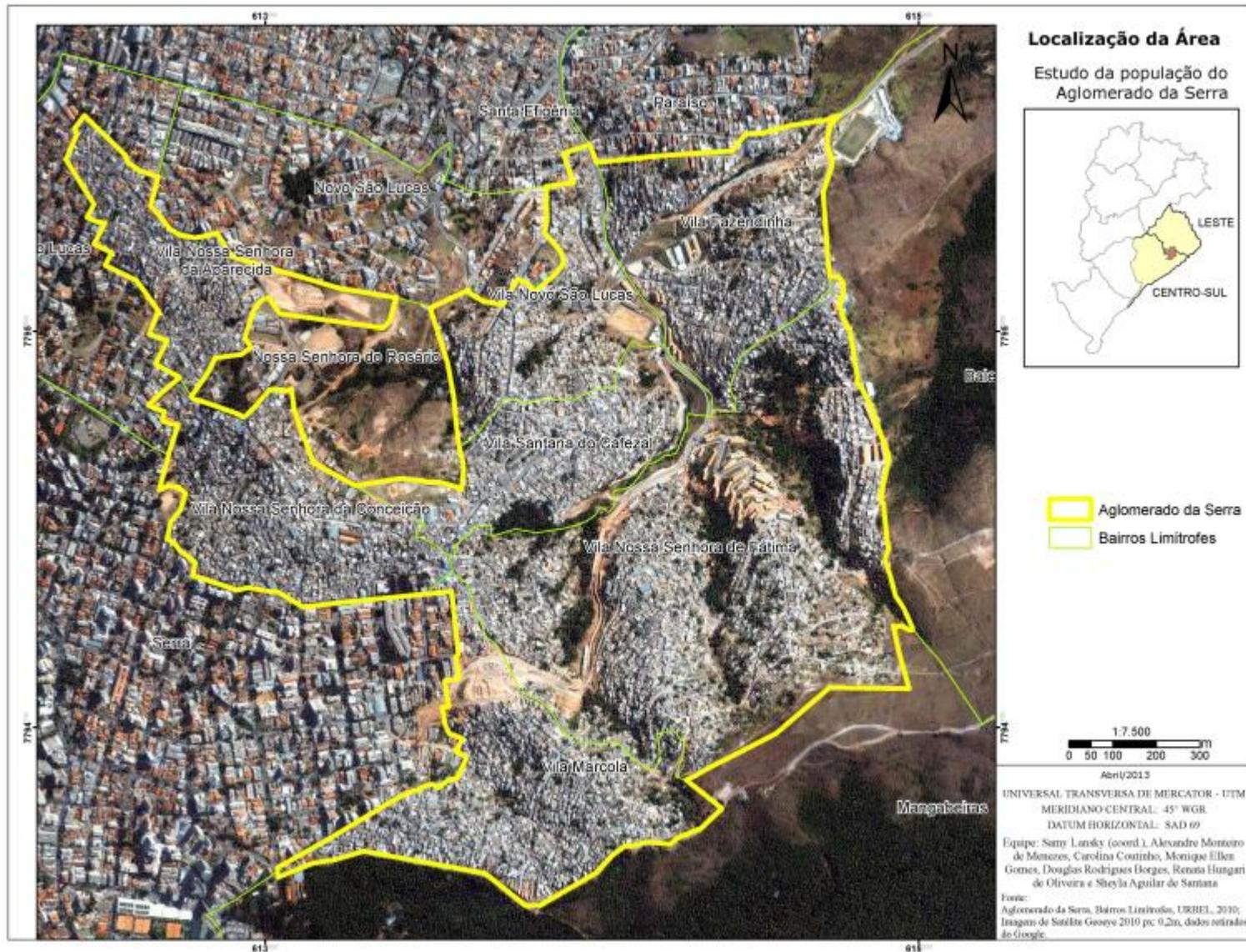


Figura 1: Aglomerado da Serra e bairros limítrofes

## Capítulo 1: Breve histórico sobre a formação de favelas em Belo Horizonte

O processo de formação das favelas em Belo Horizonte, está ligado principalmente pelas migrações internas decorrentes do desfavelamento e remoção da população, ocasionado por diversos fatores, como especulação imobiliária, obras públicas, entre outros, resultando no adensamento populacional das vilas e favelas (VILAÇA, 2012). Desde a época de seu planejamento até os dias atuais, a população de baixa renda sempre existiu em Belo Horizonte. Após quinze anos de sua inauguração, Belo Horizonte já observava a aglomeração da população nas áreas não planejadas, aquelas às margens da Avenida do Contorno. O adensamento no entorno da grande avenida superava o existente na área planejada, mesmo com a presença de lotes ainda não ocupados na área principal (MATOS, 1992). Além disto, ter sido planejada como capital de Minas Gerais, Belo Horizonte tornou-se referência para a migração de pessoas do interior do Estado e de outras localidades do país.

No planejamento urbano de Belo Horizonte, a ocupação da cidade se daria do centro para as periferias, mas devido especulação imobiliária, os altos preços dos lotes no centro urbano, verificou-se que a migração se concentrava nas áreas periféricas do município. Por isso, aconteceu o inverso deste planejamento, mostrando que a ocupação foi dada nas áreas próximas ao centro. Em um caso específico, verificou-se que na Zona Sul, hoje denominada regional Centro-Sul, onde se localiza o Aglomerado da Serra, a ocupação seguiu o modelo planejado, do centro para a periferia. Nessa regional, predomina o contraste das moradias, onde se encontram moradores de classe alta e média alta, convivendo com moradores de classe baixa, que ocuparam as encostas da Serra do Curral e formaram a Favela da Serra ou Aglomerado da Serra.

Na tentativa de seguir o modelo original do planejamento urbano de Belo Horizonte, na década de 1930, o poder público municipal passou a combater de forma evidente o processo de desalinhamento ao planejado. O desenvolvimento urbano não acompanhou o acelerado crescimento do processo de ocupação das periferias, visto a infraestrutura urbana e de serviços sociais precários ou inexistentes no local.

Segundo Guimarães (1991):

Com o desenvolvimento urbano, porém, continuava o processo de formação das favelas. Registra-se na década de 1940 a existência das seguintes favelas: Barroca (Gutierrez), Pedreira Prado Lopes, Vila Santo André e Vila Palmital (Lagoinha), Pindura Saia (Cruzeiro), Cachoeirinha e Arrudas, Morro das Pedras (Vila São Jorge) e a da Praça Raul Soares. Nesse período é registrada a formação das vilas operárias em decorrência da constituição do processo de industrialização, pelo qual passava a cidade (p. 112).

Nos anos 60, o Regime Militar instaurado após o golpe 1964 declara guerra às favelas por meio dos programas de erradicação e expulsão dos moradores. Ao longo de toda a década, a favelização crescente é o resultado mais direto da carência habitacional, do aumento vertiginoso dos preços dos terrenos e da imigração intensificada (COSTA, 1994).

Se nos anos 60 o processo de urbanização se dá essencialmente por invasões e formações de favelas, na década de 70 observa-se o crescimento populacional de loteamentos populares e irregulares na periferia pelo capital imobiliário (PLAMBEL, 1980).

O início dos anos 80 foi marcado pelo enfraquecimento do regime militar e pela crise econômica. Tudo isso aprofundou as desigualdades sociais e também deu novo fôlego aos grupos populares, o que fez, em 1983, surgir o Profavela (Programa Municipal de Regularização de Favelas). O objetivo do programa era o de propiciar a regularização fundiária dos assentamentos informais na capital. Esse documento, conjugado à legislação federal e do município, possibilitava, além do tratamento urbanístico e jurídico, a integração dessas áreas ao mapa da cidade formal, contribuindo para a elevação dos padrões de qualidade de vida e o acesso dessa parcela da população pobre aos diversos serviços públicos e privados e à propriedade da terra. Naquele mesmo ano fora criada também a Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (Urbel). Na década de 1990, a cidade desenvolveu diversos programas e ações municipais no sentido de assistir aos grupos populares de Belo Horizonte e garantir alguns de seus direitos (VILAÇA, 2012, p. 29)

Como consequência da remoção da população de algumas favelas - como aconteceu com o Morro do Querosene e Vila dos Marmiteiros - a especulação imobiliária, obras públicas e consequente demanda de áreas para parcelamento do solo, ocorreu um processo de concentração populacional em outros locais periféricos da cidade, como por exemplo o Aglomerado da Serra.

Por meio da soma da população residente em aglomerados subnormais (nome dados às favelas pelo IBGE), com os residentes em assentamentos precários (segundo uma nova metodologia definida pelo estudo), chegou-se à proporção de quase 17% da população da capital (Ministério das Cidades, 2007). A regional Centro-Sul, porção mais rica da cidade, concentra uma porcentagem elevada de população em favelas (TONUCCI e TEIXEIRA, 2013, p. 11).

Já segundo Guimarães (2000), a partir de um perfil que cruza dados censitários das favelas, como taxa de crescimento, de domicílios, densidade domiciliar, acesso a serviços de infraestrutura urbana, condições de ocupação de domicílios, grau de escolaridade da população, entre outros, chegou-se a conclusão que há um adensamento significativo da população nessas áreas, que

passam a ser alternativas de sobrevivência de parte da população, indicando o aumento da desigualdade social na cidade.

Atualmente, a cidade de Belo Horizonte possui 215 favelas, vilas e conjuntos habitacionais, segundo o Guia Cultural de Vilas, divididas nas nove regionais administrativas do município. A área de atuação da Urbel compreende 185 vilas e favelas, 23 conjuntos habitacionais populares implantados pela prefeitura antes de 1993 e outros sete assentamentos irregulares (URBEL, 2012). Esta atuação se restringe às regiões do município definidas, de acordo com o Plano Diretor de Belo Horizonte, como ZEIS-1 e ZEIS-3 (Zonas de Especial Interesse Social). As ZEIS-1 correspondem às vilas e favelas. Segundo esta Legislação do município, as ZEIS são constituídas pelos espaços ocupados de forma desordenada por população de baixa renda nos quais existe o interesse do poder público em promover programas habitacionais, intervenções de urbanização e ações de regularização fundiária, com o objetivo de requalificar as comunidades e melhorar a qualidade de vida de seus moradores, integrando-os à cidade (URBEL, 2012)

A falta de continuidade nas intervenções realizadas até os anos 1990, aliada à necessidade de intervir de modo mais abrangente e estrutural nas áreas das favelas, gerou a necessidade de o Poder Público municipal elaborar novos instrumentos de planejamento, que,

dentro da filosofia da intervenção estrutural e após um amplo diagnóstico integrado da realidade do assentamento, priorizavam as intervenções de maneira que pudessem ser implementadas à medida que chegassem os financiamentos... É dessa época a adoção do termo Plano Global Específico – PGE, utilizado pelos técnicos da URBEL (CONTI, 2004, p. 206).

Os PGEs seriam feitos com base em um grande diagnóstico amostral que caracterizaria as comunidades tanto do ponto de vista socioeconômico e organizativo quanto da situação urbanística e domiciliar (dados da edificação, ocupação, infraestrutura, serviços urbanos e equipamentos, principais problemas, etc.). (CONTI, 2004)

Segundo Melo (2009):

O Plano Global Específico – PGE é instrumento de planejamento para favelas do município de Belo Horizonte que, desde 1998, passou a ser uma exigência para aprovação de intervenções financiadas com recursos do Orçamento Participativo – OP do município. O propósito do Plano é criar uma base de informações e de referência no contexto de uma política de investimentos progressivos e estruturantes em áreas específicas da cidade,

opostas às versões de intervenções estritamente racionais, sanitaristas, ou mesmo pontuais e fragmentadas. O PGE é o norteador do cronograma das intervenções do poder público para as áreas de favelas, incorporando as demandas da comunidade e o estabelecimento das ordens de prioridade para a execução das ações e obras. (p.115)

Atualmente considerado um dos maiores programas de urbanização do Brasil, o Vila Viva atua em obras de saneamento, realocação de famílias, construção de unidades habitacionais, erradicação de áreas de risco, reestruturação do sistema viário, urbanização de becos, implantação de parques e equipamentos para a prática de esportes e lazer, sendo que ao fim da urbanização, a área será legalizada com a emissão das escrituras dos lotes para os moradores. (PBH, 2012). Sem espaço para estabelecer uma análise crítica neste artigo, importante destacar que este programa iniciou-se em 2005 no Aglomerado da Serra e está baseado no Plano Global Específico (PGE) de cada uma das favelas atendidas.



FIGURA 3 - Vila Viva Aglomerado da Serra  
Fonte: Disponível: <<http://portalpbh.pbh.gov.br>>.  
Acesso em: 15 de maio de 2013.



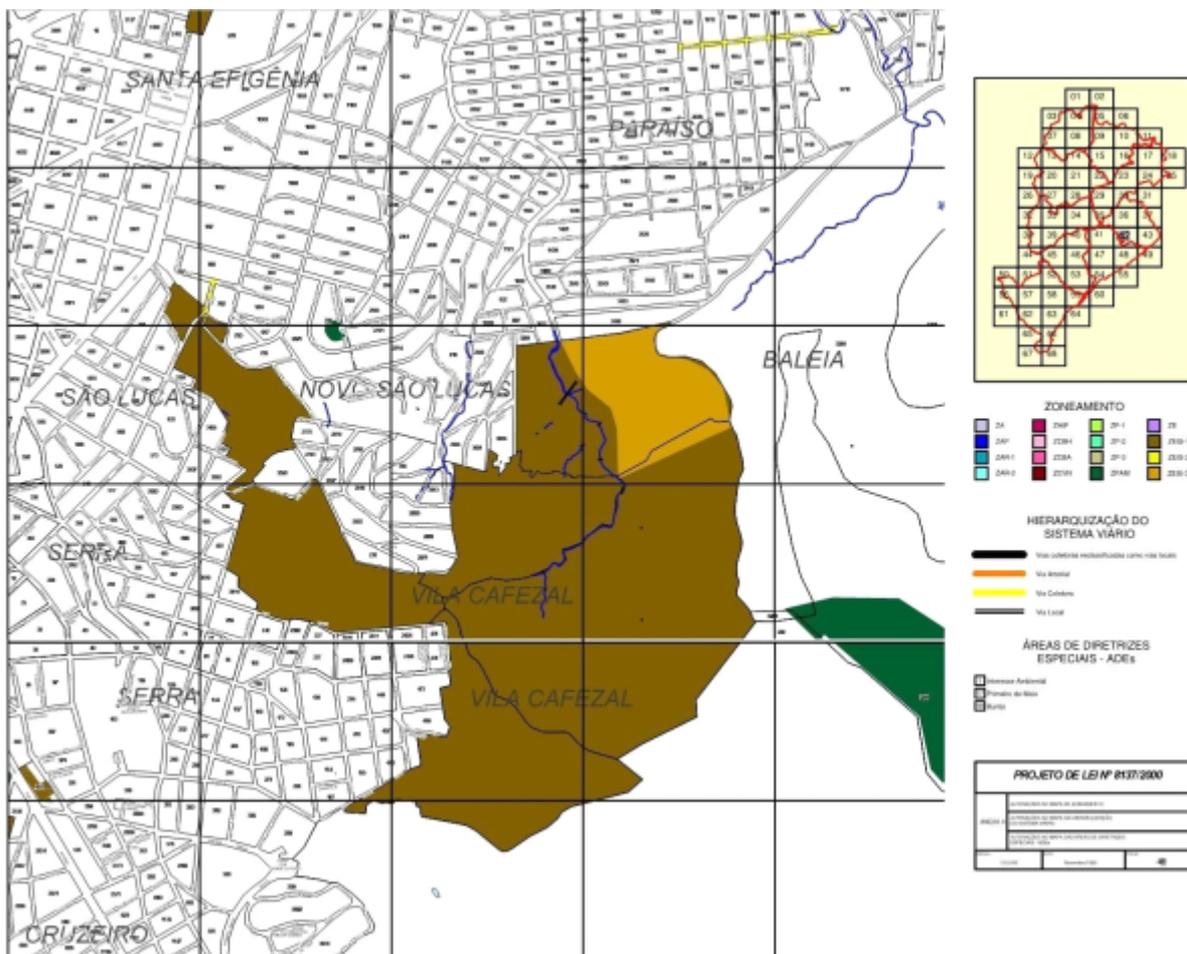


FIGURA 5 - Mapa da legislação de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo 2000 , editado pelo o grupo. Fonte: Disponível em:< <http://www.pbh.gov.br/mapas/leiuso/>>. Acesso: 06 de fevereiro de 2013



### Capítulo 3 – Outros mapas: as topografias da desigualdade

A seguir apresentamos o exercício de espacialização dos dados sobre a população do Aglomerado da Serra e seus arredores, com objetivo de representar, enfatizar e reiterar a necessidade de combatermos a desigualdade social presente em nossas cidades. A partir dos dados do IBGE 2010, realizamos a coleta dados que poderiam dar visibilidade aos fenômenos pesquisados e que revelariam tal desigualdade e conseqüente segregação socioespacial. Dados sobre analfabetismo, densidade demográfica e renda foram espacializados, além de dados referentes à raça e cor, a partir de dados espacializáveis e inéditos sobre a temática em pesquisas demográficas no Brasil.

Para elaboração dos mapas temáticos foi utilizado o software ArcGIS e a ferramenta Hawth's Tools, que possibilita, a partir de dados numéricos, a geração pontos aleatórios dentro de um determinado polígono. Isto nos propiciou elaborar mapas cruzando informações para análise da desigualdade do Aglomerado da Serra e seu entorno imediato.

Para representação da cor e raça, a população foi representada por meio de pontos, sendo que cada um deles representa 50 pessoas. Isto fez com que raças como indígena e amarela não apareçam no mapa, pois apesar da presença destes grupos, sua população é menor que a do número representativo.

Foi possível analisar, em cima das informações no mapa, que existem mais indivíduos da cor branca no entorno imediato do Aglomerado da Serra, mostrando a segregação racial entre a comunidade e seus bairros limítrofes.

Com esse mapa a seguir (FIG. 7) e conclui-se que a população negra é maioria na favela da Serra quando comparada com a população dos bairros vizinhos. Aliando esse dado aos números dos mapas anteriores (de analfabetismo e de renda) podemos constatar que os negros têm os piores salários e são menos alfabetizados nesse contexto analisado.

Na pesquisa de Eiterer e Campos, publicada em 2012, chega-se a seguinte conclusão:

“A baixa escolaridade, somada à discriminação racial faz perpetuar o grande círculo vicioso a que estão sistematicamente submetidos os segmentos negros: baixa escolaridade, pouca possibilidade de inserção no mercado formal e ausência de direitos previdenciários, o que resulta em baixa remuneração. Esta, por sua vez, implica poucas possibilidades educacionais e termina por impactar toda a vida do sujeito e de seus descendentes” (2012, p.138).

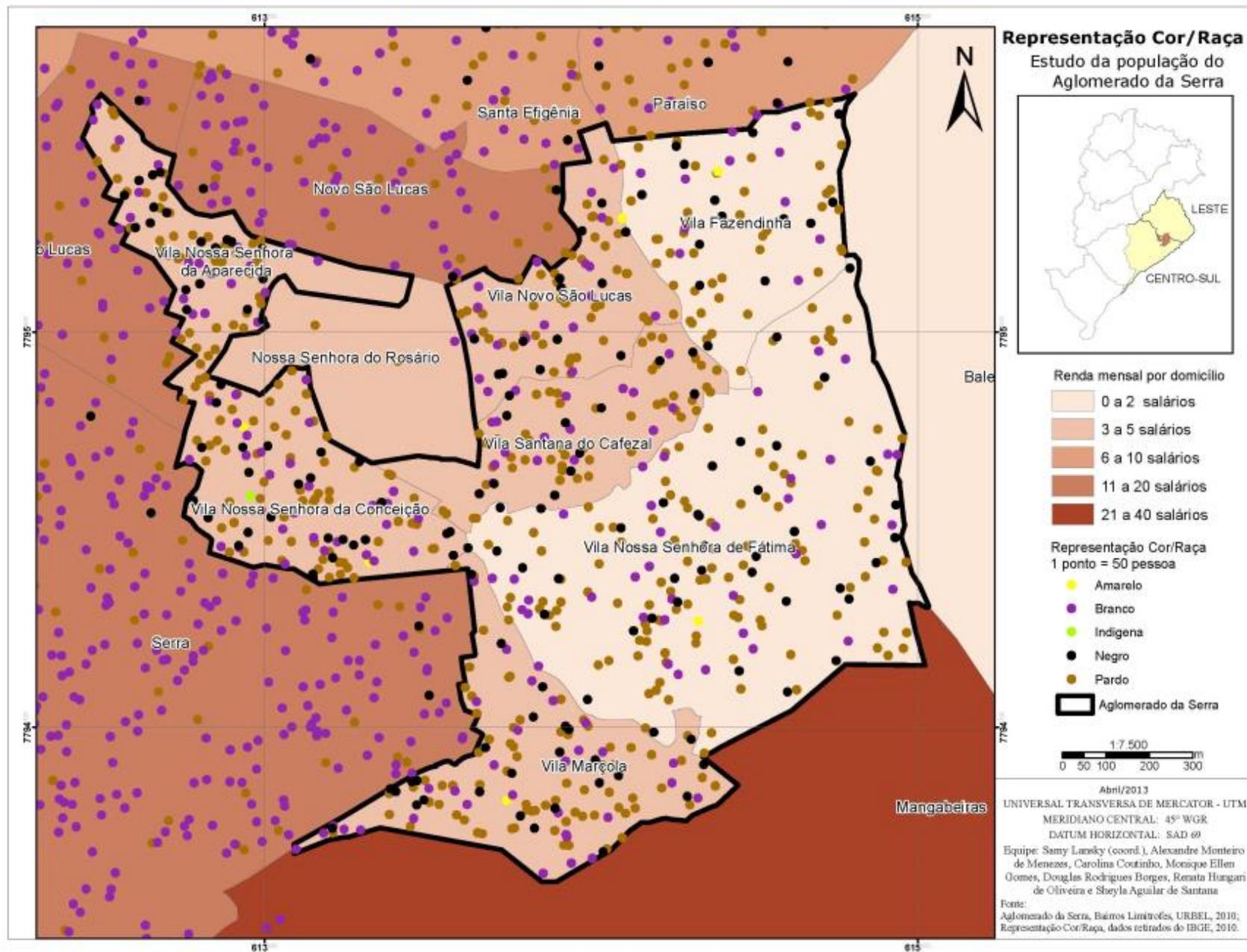


Figura 7 – Cor e raça no Aglomerado da Serra e bairros limítrofes, Censo 2010.

Através do cruzamento de informações, foi possível gerar um mapa relativo à distribuição de renda na região do Aglomerado da Serra e seu entorno e observar que a população dentro da favela possui uma renda de no máximo três salários mínimos por domicílio, ao passo que no seu entorno imediato, a população possui entre 6 a 40 salários mínimos por domicílio. Como os dados são do Censo de 2010, consideramos o valor do salário mínimo da época, que era de R\$ 510,00.

Um exemplo claro dessa desigualdade de renda pode ser constatado na comparação do bairro Serra com a Vila Marçola. Neste primeiro, a renda média do responsável pela residência é de R\$ 9.223,00, o que significava 18 salários mínimos. Já na comunidade da favela o valor é de R\$ 1.494,00 ou três salários mínimos.

Uma comparação ainda mais radical é a do bairro Mangabeiras com a Vila Fazendinha. A renda média no primeiro é de R\$ 20.369,00 ou 40 salários contra R\$ 1.123,00 ou dois salários mínimos do segundo. O valor da renda dessa comunidade carente representa apenas 5,5% do montante ganho pelos moradores do bairro.

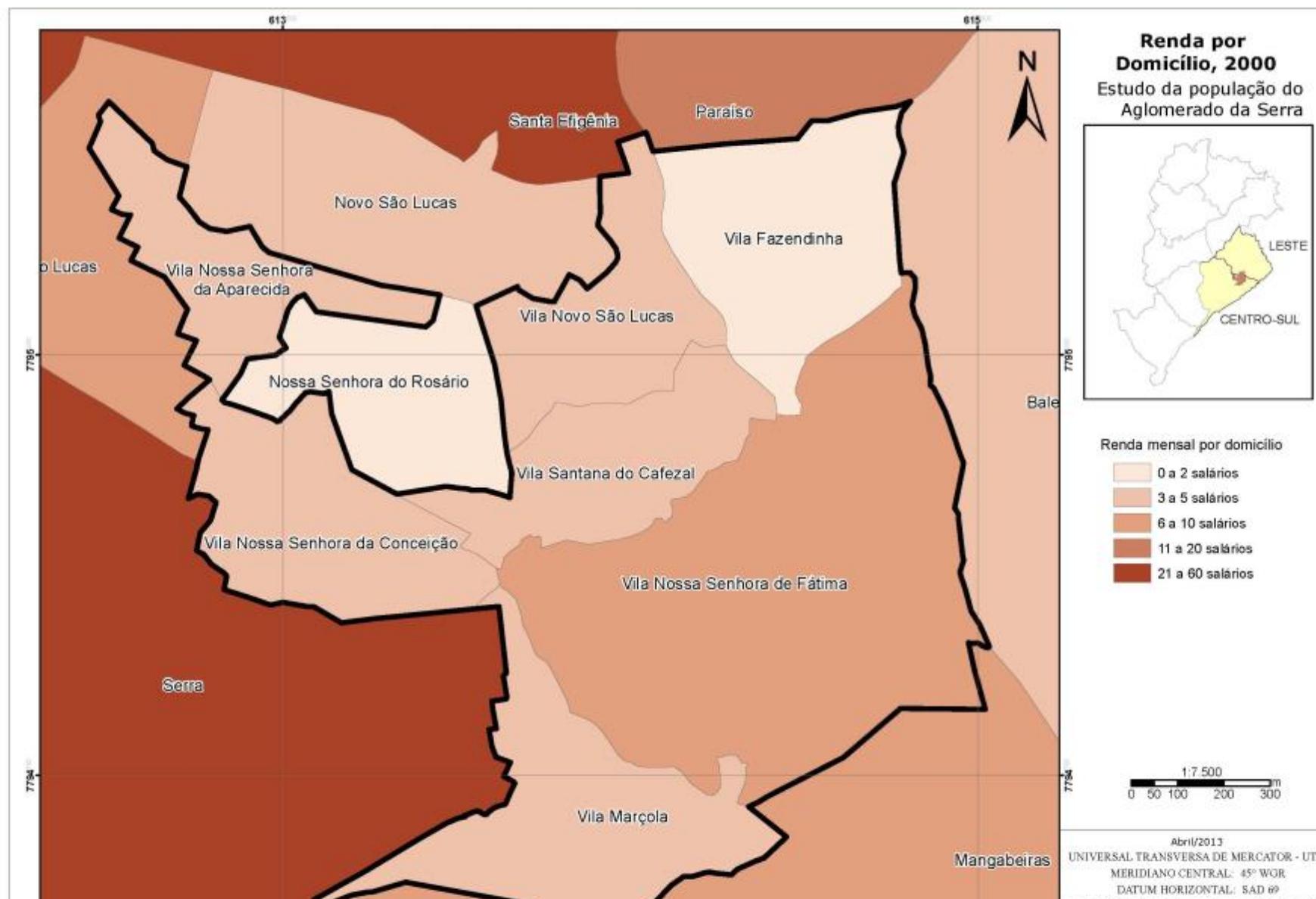
Podemos ainda analisar a situação pelo ponto de vista da concentração de renda. No Mangabeiras, a população é cerca de 50% menor que a na Vila Fazendinha – 1.947 moradores contra 3.715, respectivamente. Quer dizer, as famílias dessa comunidade são mais numerosas, mas têm muito menos recursos financeiros.

A tabela 2 traz o número da população e renda dos bairros que constituem o Aglomerado da Serra e seu entorno imediato.

Bairros	População	Nº de salários mínimos mensais por domicílio
Vila Santana do Cafezal	4078	3
Vila Nossa Senhora da Conceição	6225	3
Vila Fazendinha	3715	2
Vila Nossa Senhora da Aparecida	4341	3
Vila Novo São Lucas	3677	3
Vila Nossa Senhora de Fátima	9640	2
Vila Marçola	6556	3
Paraíso	13414	6
Serra	20277	18
Santa Efigênia	17653	10
Baleia	17	2
Novo São Lucas	3926	11
Nossa Senhora do Rosário	173	3
São Lucas	2987	12
Mangabeiras	1947	40
Total	98626	121

Figura 8 – Tabela 1 - População e renda do Aglomerado da Serra e bairros limítrofes

Fonte: IBGE, 2010.



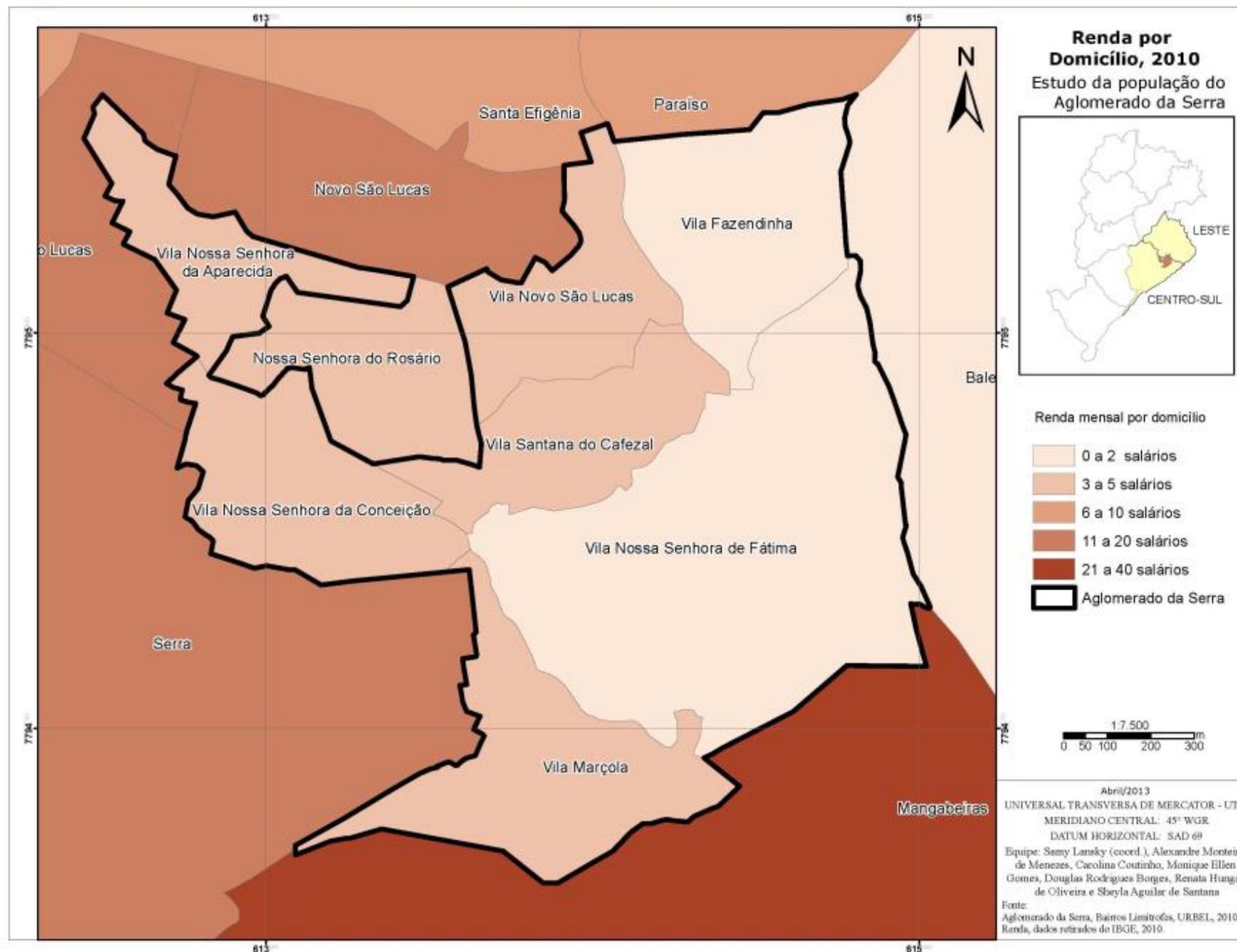
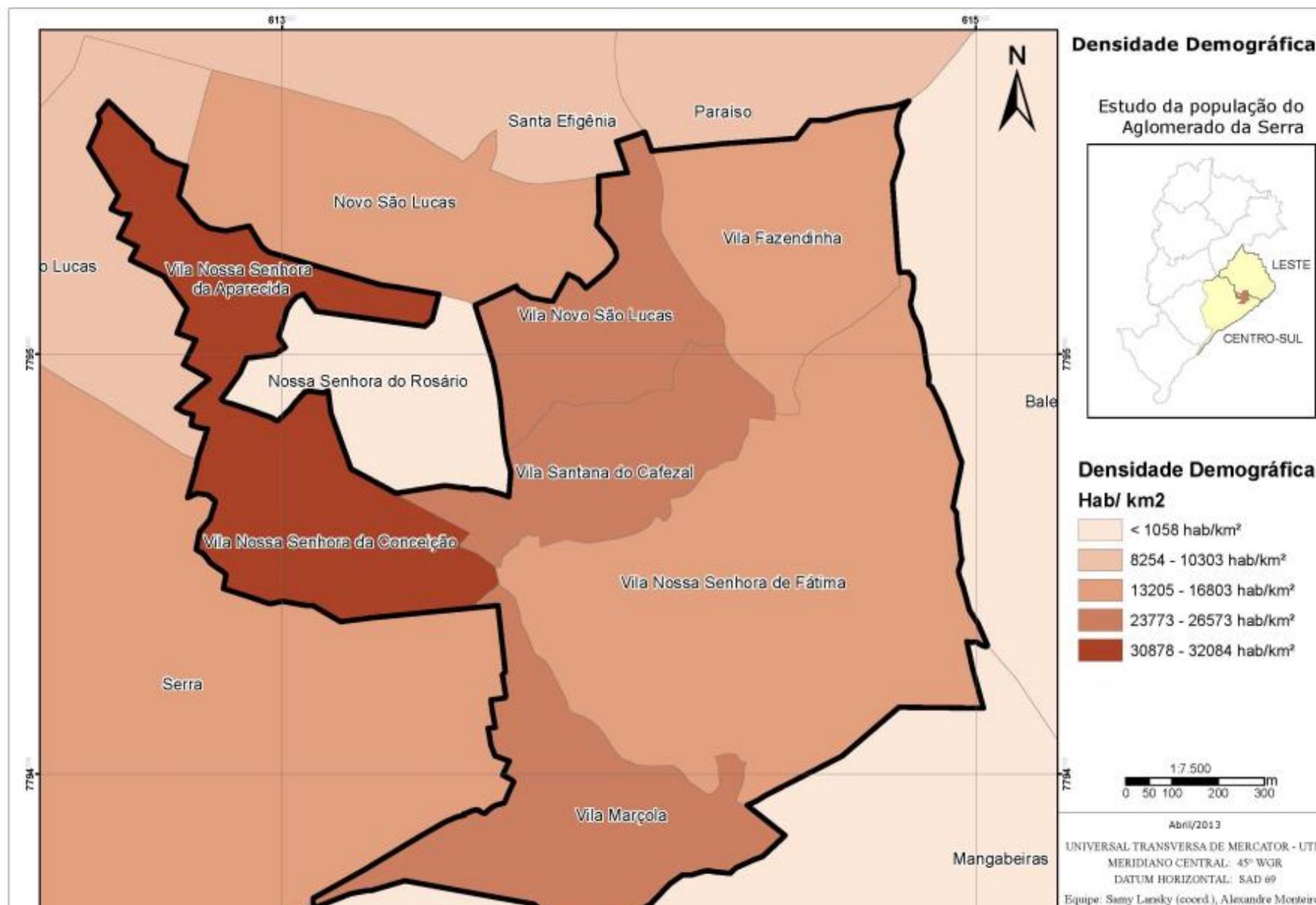


Figura 10 – Renda no Aglomerado da Serra e bairros limítrofes Censo 2010.

Para representação da densidade demográfica, foi criado um mapa com informações de habitantes por quilometro quadrado do Aglomerado da Serra juntamente com os bairros limítrofes. Neste mapa comparando a Vila Novo São Lucas com o Novo São Lucas - dois bairros com populações semelhantes, um do Aglomerado da Serra e um dos bairros limítrofes - podemos analisar a discrepância de habitantes por quilômetros quadrado entre os dois. A Vila Novo São Lucas possui 3.677 habitantes e 23.773 hab/km<sup>2</sup>, já o bairro Novo São Lucas possui 3.926 habitantes e 14.054,80 hab/km<sup>2</sup>.



Abaixo segue a tabela da Figura 12, com a densidade demográfica de todo o Aglomerado da Serra juntamente com seu entorno imediato.

Bairros	População	Área (km <sup>2</sup> )	Densidade Demográfica (hab/km <sup>2</sup> )
Vila Santana do Cafezal	4078	0,165	24736,40
Vila Nossa Senhora da Conceição	6225	0,202	30878,30
Vila Fazendinha	3715	0,221	16803,70
Vila Nossa Senhora da Aparecida	4341	0,135	32084,00
Vila Novo São Lucas	3677	0,155	23773,00
Vila Nossa Senhora de Fátima	9640	0,631	15288,60
Vila Marçola	6556	0,247	26573,90
Paraíso	13414	1,318	10181,20
Serra	20277	1,536	13205,50
Santa Efigênia	17653	2,138	8254,97
Baleia	17	3,568	4,76
Novo São Lucas	3926	0,279	14054,80
Nossa Senhora do Rosário	173	0,164	1058,09
São Lucas	2987	0,631	10303,30
Mangabeiras	1947	6,390	304,68
Total	98626	18	227505

Figura 12 - Densidade demográfica do Aglomerado da Serra e dos bairros limítrofes.  
Fonte: IBGE, 2010.

### Por uma topografia da desigualdade

Os mapas em três dimensões a seguir demonstram um experimento no sentido de representar a desigualdade de renda presente no Aglomerado da Serra e em seu entorno imediato por meio de uma topografia, ou seja, o nível mais baixo representa baixa renda e o nível mais alto representa maior renda. Apresenta portanto, de forma cartográfica, a desigualdade, não pelos modos mais convencionais, ou seja, através de uso de cores como nos mapas anteriores, mas sim através de uma topografia. A topografia da desigualdade é abismal. (FIG. 13)

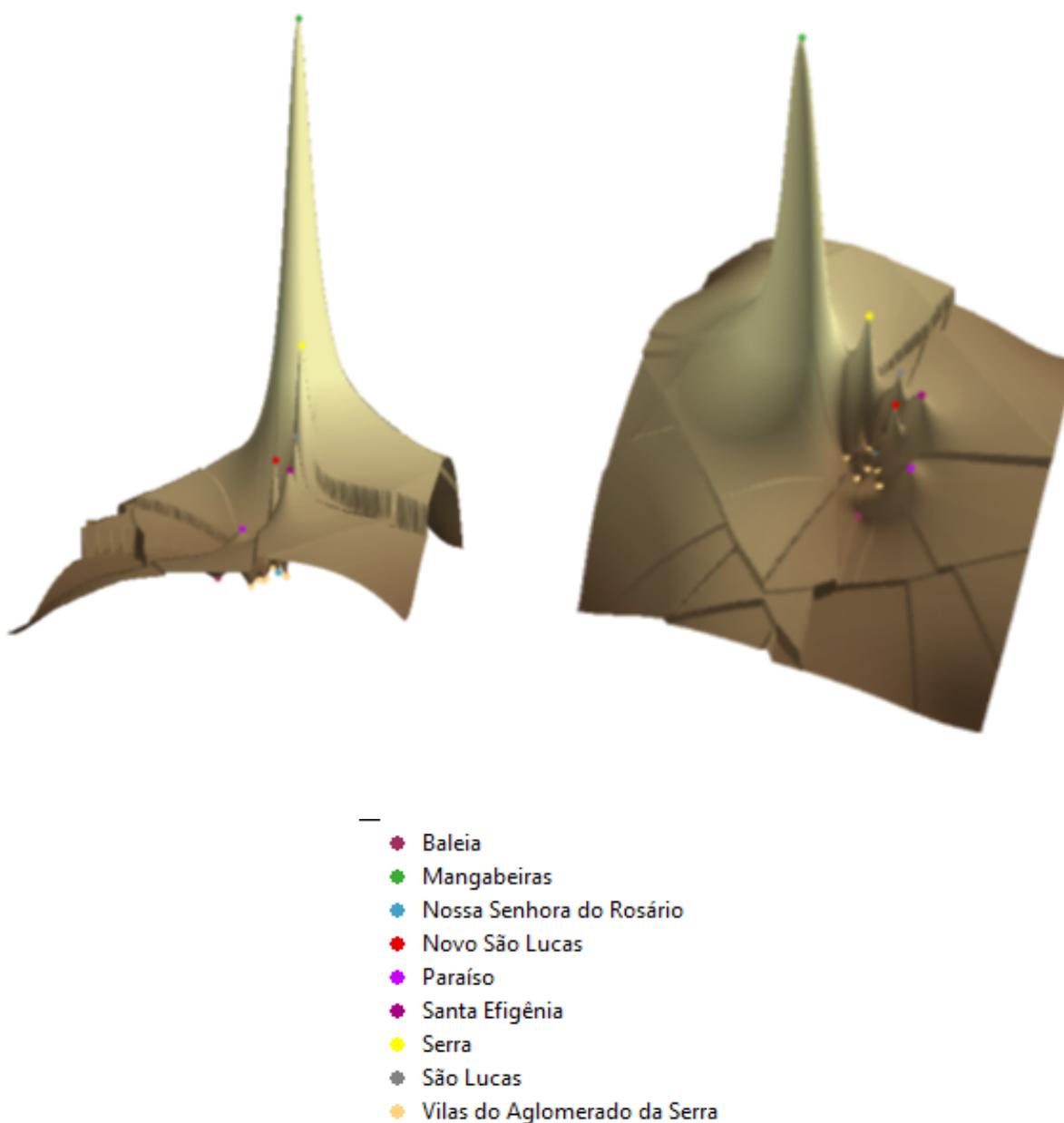


Figura 13 – Topografia da Desigualdade  
Fonte: IBGE, 2010.

### Considerações Finais

As linhas fronteiriças que separam os distintos grupos sociais habitantes de Belo Horizonte representam de forma clara a segregação socioespacial presente. É possível observar, por meio dos mapas de renda, escolarização, densidade demográfica e cor, que estas categorias são extremamente imbricadas. Os pobres, com baixa escolaridade, pretos e pardos moram no Aglomerado, enquanto poucos destes grupos habitam os bairros limítrofes. A maioria dos brancos é moradora dos bairros e apresenta números impressionantemente superiores de renda e escolaridade.

### Referências Bibliográficas

ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. 192 p.

BELO HORIZONTE (Prefeitura). URBEL, Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte. Plano Global Específico (PGE) Aglomerado da Serra, 2000.

BELO HORIZONTE (Prefeitura). URBEL, Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte. Vila Viva, URBEL. Disponível em: [www.portalbh.gov.br](http://www.portalbh.gov.br). Acesso em 15 maio 2013.

BELO HORIZONTE. Lei Nº 7.166 de 27 de agosto de 1996. Estabelece normas e condições para Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo Urbano no Município.

BELO HORIZONTE. Lei Nº 8137 de 21 de dezembro de 2000. Altera as leis nº 7.165 e 7.166, ambas de 27 de agosto de 1996, e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. Lei Nº 9.959 de 20 de julho de 2010. Altera as leis nº 7.165/96 - que institui o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte - e nº 7.166/96 - que estabelece normas e condições para parcelamento, ocupação e uso do solo urbano no Município -, estabelece normas e condições para a urbanização e a regularização fundiária das Zonas de Especial Interesse Social, dispõe sobre parcelamento, ocupação e uso do solo nas Áreas de Especial Interesse Social, e dá outras providências.

BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social no Brasil**. 3. Ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2002. 244 p.

BRASIL. Lei n. 10.257 de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade). *Diário Oficial da União*, 11 jul. 2001. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm)>. Acesso em: 12 julho 2009.

CANTON, Andre Luiz. **Preservação Contraditória no Centro de São Paulo**: degradação das Vilas Preservadas na Baixada do Glicério no contexto da renovação urbana (Operação Urbana Centro). 2007 89 f. Dissertação (Mestrado em Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CONTI, Alfio. **A política de intervenção nos assentamentos informais em Belo Horizonte nas décadas de 1980 e 1990 e o ‘Plano Global Específico’**. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, Belo Horizonte, v. 11, n. 12, p. 189-216, dez. 2004.

COSTA, Heloísa S.M. **Habitação e Produção do Espaço em Belo Horizonte**. In: MONTE-MÓR, R.L.M. (Org.) Belo Horizonte: espaços e tempos em construção. Belo Horizonte: CEDEPLAR/PBH, 1994.

COSTA, Perla Cristina Santos da. **Novos atores sociais na mediação Favela e Cidade**: as organizações não-governamentais. 2007. 94 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social da Escola de Serviço Social) – PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2007.

COSTA, Thiago de Araujo. **Deambulações Pelo Aglomerado da Serra**: Lentidão, Corporeidade(s) e Obliterrações em Favelas de Belo Horizonte. 2011. 142 f. Dissertação ( Mestrado em Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo)- Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. Tradução Beatriz Medina. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2006. 272 p.

DA SILVA VENTURELLI, Dione. **As políticas habitacionais em favelas do Estado do Rio de Janeiro e a “expulsão branca” de moradores de baixa renda**. 2007. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso(Curso de Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

EITERER, Carmem Lúcia; CAMPOS, Rogério Cunha. **Sujeitos sociais, processos educativos e enfrentamentos da exclusão**. 216 f. Mazza Edições Ltda. Belo Horizonte, 2012.

FURIATI, Lucas; SIMIÃO, Daniel Schoroeter; DUARTE, Vitor Barbosa; CARVALHO, Natan ferreira; CASTRO, Luisa Reis de. **Da Vila Viva à Lei do Cão: espaços públicos, novas e velhas identidades em uma favela de Belo Horizonte**. Universidade de Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

JAQUES, Paola Berenstein. **Estética da ginga: a arquitetura através da obra de Helio Oiticica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. 160 p.

GUIMARÃES, Berenice Martins. **Cafuas, barracos e barracões: Belo Horizonte, cidade planejada**. Tese (Doutorado) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ. Rio de Janeiro, 1991.

MATOS, Ralfo E. **Evolução Urbana e Formação Econômica de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 1992.

MARICATO, Ermínia. **Brasil 2000: Qual planejamento urbano?** Cadernos IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, v. 11, n.1 e 2, p. 113-130, 1997.

MELO, Tatiana Soledade Delfanti . **A Vila Santa Isabel na Avenida Afonso Pena: A experiência positiva da moradia popular em região central de Belo Horizonte**. 2012. 232 f. Dissertação ( Mestrado em Arquitetura e Urbanismo na Escola de Arquitetura) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

MELO, Izabel D.O. **O espaço da política as políticas do espaço: tensões entre o programa de urbanização de favelas "Vila Viva" e as práticas cotidianas no Aglomerado da Serra em Belo Horizonte**. Belo Horizonte - Universidade Federal de Minas Gerais, 2009 (Dissertação de Mestrado em Geografia).

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Precriedade no Brasil Urbano. 2007**. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/ministerio-das-idades/destaques/estudocontratado-pelo-mcidades-revela-o-dobro-de-precriedade-da-indicada-pelo-ibge>

MOTTA, Gabriela Oliveira da. **Pobreza Desigualdade e Heterogeneidade nas Favelas do Rio de Janeiro**. 2000. 64 f. Monografia (Instituto de Economia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2000.

PADILHA, Carolina Dias Gomes. **O Projeto Cimento Social: Repercussões no cotidiano do Morro da Providência na ótica dos Moradores**. 2009. 66 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009

PLAMBEL. **Programa de Benefícios Urbanos à População Favelada do Aglomerado Metropolitano da RMBH**. Belo Horizonte, 1980.

PIMENTA, Denise Aparecida O. ; JANUARIO, Fernanda dos S.; PINTO, Geíse Pinheiro ; NOGUEIRA, Maria Luísa M. ; RIBEIRO, Thalles Rodrigo. **Programa Vila Viva: Contradições e resistências no processo de urbanização de uma favela de Belo Horizonte**

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; KAZTMAN, Ruben. **A cidade contra a escola? Segregação urbana e desigualdades educacionais em grande cidades da América Latina**. Letra Capital Editora. Montevideu, Uruguai, 2008.

RIOPNWATCH, community reporting on Rio .Disponível em <<http://rioonwatch.org/?p=2322>>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2013

TEIXEIRA, João Gabriel SOUZA, José Moreira. **Organização metropolitana e estrutura social: o caso de belo Horizonte**. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (Org.). O futuro da metrópole: desigualdades e governabilidade. Rio de Janeiro Revan: FASE. 2000

TOLEDO, Daiany Stépany Costa. **Paradiplomacia: O caso de Belo Horizonte**. 2008. 92 f. Monografia (Bacharel em Relações Internacionais na UNI-BH)- Centro Universitário de Belo Horizonte, Belo Horizonte, 2008.

TONUCCI , João Bosco Moura Filho e TEIXEIRA, Jorge Luís Ávila. **Urbanização da Pobreza e Regularização de favelas em Belo Horizonte**. Disponível em: <[http://fumec.academia.edu/RafaelBarbosa/Papers/637744/Urbanizacao\\_da\\_Pobreza\\_e\\_Regularizacao\\_de\\_Favelas\\_em\\_Belo\\_Horizonte](http://fumec.academia.edu/RafaelBarbosa/Papers/637744/Urbanizacao_da_Pobreza_e_Regularizacao_de_Favelas_em_Belo_Horizonte)> Acessado em: 27 de maio de 2013.

VILAÇA, Blenda Ferreira. **Uma análise comparativa entre o turismo na Comunidade da Rocinha no Rio de Janeiro e no Aglomerado da Serra em Belo Horizonte. 2012.** 121 f. Pesquisa (Monografia em Turismo) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

ZALUAR, Alba. **A maquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. **Um século de favela.** 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV , 2004.